

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MYLLA CAUANNY ANDRADE SANTOS

ANA MARIA SANTOS ROLEMBERG CÔRTEZ: MULHER, MILITANTE E MÃE EM
CONTEXTO DE REPRESSÃO PELA DITADURA CIVIL-MILITAR

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2022

MYLLA CAUANNY ANDRADE SANTOS

ANA MARIA SANTOS ROLEMBERG CÔRTEZ: MULHER, MILITANTE E MÃE EM
CONTEXTO DE REPRESSÃO PELA DITADURA CIVIL-MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade Federal de
Sergipe como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2022

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória política de Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, no contexto da repressão pela ditadura civil-militar brasileira. Buscando compreender a sua participação na luta pela redemocratização do país enquanto mulher militante sergipana, inserida em um contexto marcado pela desigualdade de gênero. As mulheres que ingressavam nas organizações de esquerda eram consideradas pelos agentes da repressão como 'desviantes' da conduta patriarcal estabelecida, onde a mulher deveria ficar reclusa ao espaço privado. Por isso, a participação feminina na oposição ao regime, representava uma dupla transgressão, fazendo com que essas mulheres ficassem expostas aos mais diversos tipos de violências sexuais e de gênero. Ana Côrtes, acabou engravidando durante o período em que estava na clandestinidade e a sua prisão se deu quando estava nessa condição, sendo um período bastante conturbado repleto de violações. A sua trajetória também é marcada pela importante participação no Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe e em outras articulações políticas.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Militância Feminina; Repressão; História das Mulheres; Maternidade; Violências.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the political trajectory of Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, in the context of repression by the Brazilian civil-military dictatorship. Seeking to understand her participation in the struggle for the redemocratization of the country as a militant woman from Sergipe, inserted in a context marked by gender inequality. The women who joined left-wing organizations were considered by the agents of repression as 'deviant' from the established patriarchal conduct, where the woman should remain reclusive to the private space. Therefore, female participation in opposition to the regime represented a double transgression, making these women exposed to the most diverse types of sexual and gender violence. Ana Côrtes, ended up getting pregnant during the period in which she was in hiding and her arrest took place while she was in that condition, being a very troubled period full of violations. Her trajectory is also marked by her important participation in the Women's Movement for Amnesty in Sergipe and in other political articulations.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Female Militancy; Repression; Women's History; Maternity; Violence.

INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira, principalmente no que tange a história da política nacional, é permeada por períodos de instabilidades políticas, com ameaças à democracia. Com isso, nos últimos anos têm ocorrido um crescimento exponencial do número de pesquisas referentes à um dos períodos mais antidemocráticos da história, a ditadura civil-militar no Brasil, que data de 1964, com o golpe civil-militar¹ à 1985. Tal período representou acima de tudo, graves violações de direitos humanos devido as fortes repressões realizadas contra as pessoas consideradas opositoras ao regime autoritário que estava vigente, taxadas de comunistas e subversivos.

Essas pessoas foram silenciadas, tiveram seus direitos cerceados e foram verdadeiramente cassadas pelos aparatos repressivos do Estado. Um dos objetivos dos militares era controlar o cotidiano da sociedade, através de um projeto de governo antidemocrático, imposto através de atos institucionais, que com o passar do tempo promoviam o endurecimento do regime, isso contribuiu dentre outras coisas, para acentuar o preconceito e as diferenças de gênero. Nas palavras de Carlos Fico: “Aqueles foram anos de profundo obscurantismo e sectarismo, geradores de consequências perversas que, ainda hoje, todos lutamos para superar”.²

Não obstante, essa época também foi marcada por importantes movimentos de resistência formados pelos opositores do regime que se organizaram politicamente e se mobilizaram em prol da redemocratização do Brasil. Inicialmente esse engajamento se deu por parte de grupos da Igreja Católica³, partidos políticos de esquerda e por integrantes dos movimentos estudantis, imbuídos principalmente de ideais socialistas. Em seguida, muitos desses militantes acabaram entrando para a clandestinidade com a intensificação da repressão principalmente após o AI-5, se tornando o principal alvo do regime.⁴

¹ Justifica-se o uso desse termo devido à participação da sociedade civil no golpe e no regime militar

² FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro, 2001, p. 17

³ Esses grupos eram ligados à Teologia da Libertação, se aliaram e protegeram pessoas que faziam parte da esquerda

⁴ O ano de 1968 marca o período de maior repressão da ditadura civil-militar, com a promulgação do ato institucional de número 5, se intensificaram a repressão contra a oposição ao regime a censura, as prisões e as torturas. As pessoas perseguidas eram taxadas pelo Estado de terroristas. Os anos de vigência desse ato ficaram conhecidos como “anos de chumbo”.

Dentro dessas organizações de esquerda, haviam muitas mulheres militantes que foram de suma importância na luta pela redemocratização. No entanto, as narrativas predominantes no que concerne a resistência à ditadura civil-militar brasileira, é que os homens foram protagonistas, de ambos os lados a narrativa é masculina, tanto sobre a resistência, quanto dos militares. Ou seja, homens que se enfrentaram. A mulher que decidia se engajar com as organizações de esquerda, se tornando militante política, era vista com maus olhos pela sociedade, sobretudo, aos olhos da repressão, recebendo o estigma social da mulher subversiva. Porque ela representava a oposição do papel que lhe era imposto, pois, os lugares que lhe eram destinados, era o privado, era o lar, a maternidade e o cuidado. “O público, cujo coração é ocupado pela política, pertence aos homens. O privado, cujo centro é ocupado pela casa, é delegado às mulheres (sob o controle dos homens). A família opera a junção entre os dois. O Código Civil atesta seu caráter patriarcal.”⁵

Ao entrar para a militância elas rompiam com a estrutura vigente e ocupavam um lugar que era historicamente masculino, o político, que segundo Ferreira⁶: “[...] as militantes estavam desempenhando um papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (se insurgindo contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente)”. Isso justifica a invisibilidade existente da mulher como um sujeito político do período. Por isso, neste caso das mulheres, a oposição à ditadura representou também uma alteração nos costumes, uma vez que, os espaços públicos e privados estavam se modificando.

Dessarte, as relações entre gênero e política durante esse período, também tem sido objeto de muitas pesquisas recentes, principalmente sobre a participação das mulheres nos movimentos de esquerda. No entanto, apesar de haver um aumento na produção acadêmica sobre essa temática, ainda existem muitas lacunas e muitos silêncios. É nesse sentido que esse trabalho se propõe a contribuir com a historiografia das experiências desse passado traumático, através das narrativas memorialísticas da trajetória de uma mulher que foi militante política e mãe na ditadura civil-militar: Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes. Para além de militante política, Ana é uma sobrevivente. Sobrevivente das muitas violências de Estado, como a tortura e a misoginia, chegando a ser torturada enquanto estava grávida.

Através de seus testemunhos é possível ter uma compreensão do caminho percorrido por ela durante esse período autoritário, perpassando por aspectos do cotidiano na

⁵ PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. 2005, p338.

⁶ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Dissertação de Mestrado. 1996, p. 96

clandestinidade, as formas de resistência empreendidas, detalhes do seu sequestro e a sua consequente prisão, a maternidade e também, a sua importante participação no Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe, que foi imprescindível para a libertação de presos políticos. Para além de citar que houve a participação das mulheres na ditadura civil militar, é de suma importância analisar como se deu essa participação, como afirma Marta Rovai, não é sobre dar voz a mulheres silenciadas, mas ouvir o que elas têm a dizer⁷, assim, estudando a sua trajetória de vida, é possível reconhecê-la como sujeito histórico que contribui para a história das mulheres.

Para que isso seja possível, faz-se necessário priorizar como o uso de fontes, as narrativas memorialísticas. Tendo em vista o silenciamento histórico imposto as mulheres, pois, utilizar esse tipo de fonte contrapõe essa lógica e auxilia no processo de rememoração de memórias traumáticas, já que são lembranças muito marcadas pela violência e também, subjetividades que são importantes para a escrita da história. Na construção desse trabalho, foi priorizado elencar trechos do depoimento de Ana Côrtes, relacionando com a bibliografia utilizada, focando na sua trajetória, para delimitar melhor a pesquisa tendo em vista a multiplicidade de experiências vividas nesse contexto pelas mulheres militantes.

Serão utilizados depoimentos produzidos através da Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, em Sergipe⁸, os relatórios finais produzidos por essa comissão e pela Comissão Nacional da Verdade, principalmente o capítulo 10 do volume I que versa sobre as violências praticadas pelos agentes de Estado. Como aporte teórico para interpretar essas fontes, são utilizados diversos trabalhos de pesquisadoras que são referências nas temáticas de história das mulheres, participação feminina na ditadura militar (militância política, clandestinidade, prisão, tortura), violências sexual e de gênero. São elas: Ana Maria Colling, Cristina Scheibe Wolff, Elizabeth Fernandes Xavier Ferreira, Joana Maria Pedro, Marta Rovai, Michelle Perrot, Olivia Rangel Joffily. Além disso, as obras dos historiadores sergipanos Ibarê Dantas e José Viera da Cruz, foram de fundamental relevância para a compreensão de elementos referentes ao regime militar e aos movimentos de esquerda em Sergipe.

A escolha por analisar essa temática, se dá primeiramente, pelo incomodo pessoal ao notar que o espaço que é destinado às mulheres na historiografia de uma forma geral, ainda é pequeno. E ao se tratar de temáticas ligadas à conflitos militares, política, contextos autoritários,

⁷ DE OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia. **O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84)**. 2013, p. 108.

⁸ Disponível no canal do YouTube da Comissão Estadual da Verdade (SE): <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

essa problemática se acentua, uma vez que, são universos naturalizados como masculinos, por isso, tendem a possuir uma narrativa pelo viés masculino. Dessa forma, trazer uma perspectiva não masculina acerca desses conflitos, é de suma importância.

Além disso, outra justificativa para a realização desse trabalho se dá pelo legado autoritário deixado pela ditadura militar no Brasil. A compreensão do que foi a ditadura civil-militar, sobretudo em relação às violências de Estado que deixaram marcas permanentes na nossa sociedade, deveria ser um pensamento comum, um lugar-comum na memória.⁹ No entanto, nos últimos anos, tem se intensificando um obscurantismo histórico no país a respeito dessa temática. Principalmente a partir da articulação do golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, em 2016, tem crescido um setor da sociedade que tem tratado a ditadura militar como algo positivo e saudoso.

Inclusive, o atual presidente da república tem endossado esse discurso quando afirma que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”¹⁰, adotando uma postura autoritária. Essa situação representa um grande retrocesso e tem evidenciado a fragilidade de conhecimento histórico sobre esse destrutivo acontecimento da história do Brasil. Reiterando o que Daniel Aarão descreveu: “[...] a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar”¹¹.

O presente trabalho possui uma divisão em duas partes. Na primeira, é feita uma contextualização do engajamento político de Ana Côrtes, desde a sua entrada no movimento estudantil até à sua participação no PCdoB, último partido em que ela fez parte enquanto militante e época em que foi presa. Na segunda parte, são tratadas as seguintes temáticas: ser mulher e militante em contexto de repressão; ser mulher, militante e mãe em contexto de sobrevivência e por último, a luta pela anistia.

TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ANA CÔRTE: DO MOVIMENTO ESTUDANTIL À CLANDESTINIDADE

Este capítulo pretende analisar, a militância política de Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes, do início de seu engajamento político à o período em que viveu na clandestinidade.

⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Zahar, 2000.

¹⁰ Para verificar a informação: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/direitos-humanos/onze-declaracoes-de-bolsonaro-em-defesa-da-ditadura/>>

¹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Zahar, 2000.

Desse modo, elaborando um panorama desde a sua atuação junto ao movimento estudantil em Sergipe na década de 1960, passando pela experiência política junto à Ação Popular (AP), com destaque para a atuação em São Paulo, e por fim, ao PCdoB até o momento em que se deu a sua prisão em Pernambuco em 1974.

A priori, faz-se necessário situar quem é essa mulher e uma parte da sua história de vida. Ana Côrtes, é uma mulher que atualmente possui 77 anos de idade e que em pleno século XX diante de todas as dificuldades que eram impostas às mulheres na sociedade, ela assumiu posições que transgrediram à ordem patriarcal estabelecida. Sendo natural de uma cidade do interior do estado de Sergipe, Frei Paulo, e nascida em uma família humilde sendo a filha mais nova dentre 10 irmãos, ainda criança passa a morar na capital, na cidade de Aracaju, para dar continuidade aos estudos.

De acordo com o seu testemunho, concedido à Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” em 19 de maio 2016, ela revela que, quando terminou a escolaridade básica teve o desejo de cursar biologia, mas esse curso não tinha em Aracaju e a faculdade mais próxima era em Salvador (BA), e os pais naquela época não deixavam a filha mulher sair de casa sem casar, por isso essa escolha foi vetada¹². Mas, ainda segundo a sua fala, isso não lhe trouxe problemas, pois ela escolheu o curso de serviço social e se identificou, diz que escolheu a profissão certa, “acertei de cheio”¹³.

Conforme uma pesquisa feita pelo historiador José Vieira da Cruz¹⁴, a respeito da proporção entre estudantes homens e estudantes mulheres nas instituições de ensino superior em Sergipe, no período compreendido de 1957 a 1964; o curso de serviço social possuía um total de 97,87% de estudantes do sexo feminino e apenas 2,13% de estudantes do sexo masculino. O que contribui para a reflexão acerca da escolha de Ana, uma vez que, ajuda a compreender como se dava a dinâmica social e cultural do contexto histórico em que ela estava inserida. No qual, as mulheres estavam começando a adentrar esses espaços, mas que, mesmo assim ainda haviam muitas limitações, como no caso de Côrtes que não podia se deslocar para morar em outro estado sozinha para dar seguimento a seus estudos, porque era solteira.

¹² Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

¹³ Ibidem.

¹⁴ CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à Resistência Democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e Sociedade em Sergipe, 1950-1985**. 2021, p. 121.

O período em que Côrtes se insere nesse espaço acadêmico, é marcado por uma crescente busca de pessoas da população em geral, pelo ensino superior em Sergipe, devido ao contexto de mudanças políticas e sociais vivido no país. Nesse sentido, Sergipe assiste à efetivação das suas primeiras instituições de ensino superior e ao surgimento de um movimento estudantil universitário¹⁵. Corroborando com essas ideias, Carla Pinsky e Joana Maria Pedro, colocam o seguinte:

As possibilidades educacionais também aumentaram para as mulheres, com reflexos mais ou menos evidentes nas relações familiares. Em 1961, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio, permitindo que as estudantes do magistério (escola normal) pudessem disputar e aceder a vagas no ensino superior.¹⁶

A partir desse crescimento da escolaridade feminina, que abriu espaço para a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, contribuiu diretamente para que elas adentrassem em espaços majoritariamente masculinos e rompessem com o único destino que lhes era possível na época, o de ser mãe e dona de casa.

José Vieira¹⁷, conclui que diante desse e de outros dados, as estudantes do sexo feminino procuravam mais os cursos na área das humanidades e das ciências sociais aplicadas. Além disso, existiam alguns estigmas acerca de cursos dessas áreas. Segundo Zelita Rodrigues Correia dos Santos, (estudante de direito na década de 1960, também militante política e companheira de luta de Ana Côrtes) existia a ideia de que as mulheres iam para a faculdade para procurar um marido, diz ainda, que em relação ao curso de serviço social existiam “brincadeiras” alegando que quem fazia esse curso era porque não tinha capacidade para ingressar em outros¹⁸. A respeito disso: ‘As profissões de maior prestígio e que exigiam nível universitário – na Medicina, na Engenharia e no Direito, por exemplo – eram de difícil acesso às mulheres, sendo o ambiente universitário considerado um domínio masculino e havendo inúmeras restrições ao ingresso das mulheres nos cursos¹⁹.

¹⁵ CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à Resistência Democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e Sociedade em Sergipe, 1950-1985**. 2021, p. 105.

¹⁶ PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. 2012. A década de 1960 marca esse crescimento da escolaridade feminina, mas também, outros avanços para as mulheres, como, o surgimento da pílula anticoncepcional.

¹⁷ CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à Resistência Democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e Sociedade em Sergipe, 1950-1985**. 2021

¹⁸ Ibidem. P. 122-123.

¹⁹ PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. 2012.

Essa pesquisa de Vieira nos ajuda a ter uma dimensão através da perspectiva de gênero, sobre o imaginário social em relação as estudantes universitárias do sexo feminino no estado, que denota uma desigualdade de gênero no acesso ao ensino. Apesar de o ano em que Ana Côrtes tenha adentrado ao espaço acadêmico tenha sido posterior a essa periodização, com o golpe de 64 essa situação não obteve melhora, podendo estender essa análise para as décadas seguintes²⁰. Além desses aspectos das relações de gênero no tocante ao ensino superior, é importante salientar também, que Côrtes é uma mulher que advém de um ambiente permeado pela religiosidade, indo de encontro em vários momentos de sua trajetória de vida à essa questão. A sua participação na militância política se deu inicialmente através desse contato, o seu curso superior por exemplo, era dirigido por freiras, ou seja, ela passou por uma socialização religiosa forte e isso é importante para compreender a sua história de vida.

Retomando a sua formação acadêmica, em 1965 começou a estudar na Faculdade de Serviço Social, onde conheceu o seu atual marido que na época era colega de curso e veio a se tornar companheiro de militância, João Bosco Rolemberg. Nesse período, a ditadura civil-militar já estava em vigor. Através da sua inserção no espaço acadêmico, ela se engajou no movimento estudantil, sobretudo em 1967, sendo presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Em suas palavras: “tive um engajamento dentro da faculdade grande, com a liderança, fui eleita, eu ia fazer o terceiro ano da faculdade, fui eleita a presidente do diretório acadêmico, foi o auge das manifestações públicas, de passeata, de plenárias, assembleias, de repúdio a ditadura militar.”²¹

Ana Côrtes, participou de diversos atos e manifestações contra o regime da ditadura civil-militar e nessa época, o foco maior era contra o AI-5 e também pela morte de um estudante secundarista, Edson Luís de Lima Souto, de apenas 17 anos de idade, morto por um tenente da Polícia Militar em 1968²². Essa fatalidade causou um sentimento de revolta no país inteiro, ocorrendo diversas manifestações. Ana, era considerada uma dessas pessoas que faziam parte do foco de “agitação social”, logo, ela também ficou sob a vigilância desses órgãos.

²⁰ CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à Resistência Democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e Sociedade em Sergipe, 1950-1985**. 2021.

²¹ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFvEc5A>>

²² COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “PAULO BARBOSA DE ARAÚJO” SERGIPE: Relatório Final/ Andréa Depieri de Albuquerque Reginato e Gilson Sérgio Matos Reis (organizadores) – Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2020.

Concluiu a sua graduação no ano de 1968, no mesmo ano em que saiu o ato institucional mais repressivo da história da Ditadura, o AI-5. Com esse ato, houve a intensificação das perseguições à vários estudantes que contrariavam o regime militar e por isso, ela não pôde receber o seu diploma, ficando retido por ordem do comando do 28º BC, como uma forma de punição política, sendo um dos primeiros atos de repressão dos militares, sofrido por Ana. Ela só vai ter acesso ao seu diploma anos depois, quando retorna para Aracaju após a sua prisão em Pernambuco.²³

Sem poder exercer a sua profissão, que era seu direito, ela volta para a sua cidade natal, Frei Paulo, com o objetivo de fugir das perseguições em Aracaju que haviam se intensificado diante da sua atuação política. No entanto, no mesmo ano aconteceu o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes na cidade de Ibiúna em São Paulo, onde o seu companheiro Bosco Rolemberg, participou e acabou sendo preso juntamente com outros sergipanos que estavam presentes. Essas prisões representaram mais um ato repressivo ao movimento estudantil, além disso, segundo Bosco, funcionando como um grande banco de dados da repressão política do governo militar que aumentaria nos anos seguintes.²⁴

É importante salientar que, durante esse período ditatorial Ana Côrtes, além de ter sido militante do movimento estudantil universitário em Sergipe, foi também militante da JUC (Juventude Universitária Católica) e em seguida da AP (Ação Popular). No tocante a isso:

Diante dessa situação, de não poder ter meu diploma e trabalhar, nesse período na faculdade, no movimento estudantil, eu fui de JUC, que era um movimento da igreja, que depois se transformou em AP que era um movimento de resistência à ditadura, e foi na AP que eu tomei maior consciência, de que a gente teria que abraçar essa tarefa. De trabalhar com o povo para resistir à ditadura.²⁵

SOBRE A AÇÃO POPULAR E A VIDA NA CLANDESTINIDADE

O propósito deste tópico não é fazer uma análise sobre a história da AP, mas a partir das memórias de Ana Côrtes e de seu marido, uma vez que, ambos participaram juntos do que eles chamavam de ‘movimento’; dar continuidade a história de sua militância. Ana entrou para a Ação Popular ainda na década de 1960, através do irmão de seu marido, José Rolemberg

²³ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>.

²⁴ Depoimento de Bosco Rolemberg à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 28 de jan. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/EwV9mwpIVZM>>

²⁵ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

Côrtes Filho, que era estudante de medicina na época, e convidou Ana e Bosco para ingressarem na AP.²⁶

A Ação Popular (AP) foi uma organização política de esquerda que surgiu no espaço estudantil, em 1962, sendo bastante expressiva em todo o país no período ditatorial. Foi fundada a partir da migração de grande parte dos militantes que eram ligados aos movimentos da Igreja Católica, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC). Por isso, a AP possui uma raiz cristã, por ter sido formada a partir da junção de integrantes desses grupos ligados à religiosidade. Mas, é importante destacar que além da participação de ex-integrantes dessas organizações católicas, também houve a presença de protestantes e estudantes de esquerda que não possuíam vínculo com religiões.

A JUC era uma organização protagonista do movimento estudantil na década de 1950, no entanto, com o passar do tempo ela perde a sua hegemonia dentro desse espaço, porque muitos dos militantes que integravam esse grupo passaram a ficar insatisfeitos com a falta de um maior engajamento político diante das transformações sociais que o Brasil vinha enfrentando na década de 1960. Com o golpe militar de 1964, se iniciou um período de resistência intenso por parte da Ação Popular. Os militantes que faziam parte dessa organização, passaram a ser mais perseguidos com os atos institucionais promulgados pelo governo, o que veio a se intensificar com o AI-5. Com isso, posteriormente alguns militantes acabaram se desarticulando da AP e outros, acabaram entrando para a clandestinidade, como é o caso de Ana Côrtes e Bosco.

A clandestinidade foi um dos momentos mais difíceis na vida de muitos militantes, era necessário criar uma nova identidade, uma nova história de vida para garantir a sua sobrevivência e isso representava um conjunto mental muito complexo a ser dominado.²⁷ Para viver esse novo modo de vida, era necessário romper radicalmente com a sua vida anterior e a partir de então, ter no seu cotidiano todo um aparato de regras de segurança.²⁸ Segundo Heloísia Nunes, em sua dissertação: “Percebe-se que, os militantes clandestinos construíram uma vida paralela, foram exilados dentro de seu próprio país, levados a reconstruir uma identidade social numa “situação-limite”.”²⁹

²⁶ CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à Resistência Democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e Sociedade em Sergipe, 1950-1985**. 2021, p. 358

²⁷ SANTOS, Heloísia Nunes dos. **Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da ação popular**. 2017, p. 147

²⁸ Ibidem, p. 150

²⁹ Ibidem, p. 150

Dessarte, outro elemento que aparece em muitas pesquisas relacionadas à Ação Popular, é sobre haver dentro da organização uma recomendação para que os militantes não tivessem relacionamentos amorosos e nem filhos. Essa recomendação era principalmente para evitar o envolvimento com pessoas fora da organização, porque poderia comprometer a segurança, uma vez que, em caso de prisão, a família do militante se tornava alvo da repressão e também, isso poderia influenciar o militante a cometer delação.³⁰ Ademais, essa recomendação também valia para envolvimento dentro da organização, no entanto, existiam muitos casais que contrariavam essa regra, como Ana e Bosco. Muitos casais foram separados e muitos outros foram formados durante a convivência nos “aparelhos”. A partir dessa questão, é possível observar como as organizações de esquerda controlavam questões pessoais da vida dos militantes, como já foi mencionado, esses indivíduos perdiam suas identidades e suas vidas antigas.

Com a clandestinidade veio a política de integração na produção³¹, inspirada na revolução cultural proletária chinesa. Por conseguinte, vários militantes passaram a viver e trabalhar junto das populações da zona rural e de operário. A respeito disso, Bosco comenta:

Então, a palavra de ordem na AP, naquela época era abandonar a atividade política na classe média, por falta exatamente das liberdades... de exercício da atividade política e o deslocamento para a produção, como uma forma de você, como dizia, lutar, viver, trabalhar e resistir junto com o povo, sendo operário ou sendo camponês.³²

Segundo Marcelo Ridenti³³:

[...] se a maior significação política da AP sempre esteve no movimento estudantil, isso não quer dizer que a organização deixasse de atuar em outras frentes. Ao contrário, dava ênfase à necessidade de inserção nos movimentos operários e camponês, especialmente neste último. Assim, militantes da AP participaram das greves operárias de 1968 em Osasco e Contagem, integraram-se ao movimento operário em São Paulo e no ABC paulista, com atuação especialmente entre os metalúrgicos, em comissões de fábrica e oposições sindicais.

O movimento operário, assim como o estudantil, também era bastante atingido pela repressão militar:

³⁰ SANTOS, Musa; PEDRO, Joana Maria. **Usos do gênero na clandestinidade no Brasil**. Disponível: <http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1406206167_ARQUIVO_UsosdogeneronaclandestinidadenoBrasil-trabalhoANPUH-revisado.pdf>

³¹ As orientações da AP para a realização do trabalho de integração na produção, era que através da interação desses militantes com os camponeses e operários que formavam a “produção”, ou seja, a massa trabalhadora, pudesse haver um trabalho de conscientização dos mesmos.

³² Depoimento de Bosco Rolemberg à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 28 de jan. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/EwV9mwpIVZM>>

³³ RIDENTI, Marcelo. **O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo**. 1998.

Todo um aparato legislativo foi criado de forma a enfraquecer o sindicalismo brasileiro. Houve modificação na política salarial, o governo transferiu para si o poder de fixar o índice de reajuste anual dos salários, tirando dos sindicatos as condições legais para pressionar os patrões. Houve cerceamento do direito à greve, o que na realidade resultou em sua proibição, tendo em vista que para atender às regras impostas para sua realização era quase impossível. Além disso, qualquer movimento nesse sentido poderia ser encarado como crime contra a Segurança Nacional.³⁴

É nessa circunstância de clandestinidade que Ana e Bosco, em 1969, resolvem ir para São Paulo realizar esse trabalho de base indo trabalhar com os operários da região do ABC paulista, na cidade de Mauá. A respeito disso, Ana relembra o seguinte:

Mas quando foi em abril de 69 nós arrumamos as sacolas porque naquela época não tinha mochilas de costas, as sacolas, botamos algumas roupas, casamos numa capela que tinha no bairro Brasília, uma capela na casa de padres Belgas, e zarpamos para o mundo, primeiro uma parada em Salvador, e depois pegamos um ônibus em direção a São Paulo. Tudo isso sem contar nada a família, porque não podia, estava todo mundo sendo procurado pela repressão. Seguimos para São Paulo, e lá trabalhamos num Movimento Operário. E trabalhei inclusive em linha de produção de fábrica.³⁵

Ela trabalhou em uma fábrica de brinquedos chamada “Trol”, que na época era bastante conhecida e Bosco trabalhou inicialmente na “Volkswagen”, que é uma fábrica automobilística. Durante a sua passagem por esse trabalho, Ana relata que fez muitas amizades e que também realizou um trabalho de “Operação tartaruga”³⁶, que era uma das formas que os operários encontravam de se organizar para exigir direitos e funcionava basicamente como a redução da produção.

A repressão conseguiu localizar alguns militantes em Mauá, alguns de seus companheiros foram presos e assassinados, com isso o casal teve que se mudar. Na AP em São Paulo, eles atuaram sobre direção de Hebert José de Souza, conhecido como Betinho, que era procurado pela repressão, então era um risco grande continuar nessa localização. Sobre isso, Ana menciona: “[...] porque São Paulo era barra pesada, se você pegasse um ônibus, você sentia

³⁴ DELLAMORE, Carolina. **Resistência operária e ditadura militar - a atuação dos metalúrgicos na cidade Industrial de Contagem/MG**. 2015.

³⁵ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

³⁶ “Muito conhecida como “operação-tartaruga”, sempre foi largamente utilizada em diversas ocasiões, principalmente antes do golpe, quando era muito generalizada. É a primeira ideia que passa pela cabeça do operário ao pensar em reagir. É também, hoje, a mais utilizada. Isso porque requer muito pouco grau de organização e consegue unir mais facilmente os operários mais atrasados. É também eficaz, quando se consegue certa união, pois uma operação-tartaruga de uma semana poderá significar para o patrão a perda de produção de um dia.” (FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)**. Editora Expressão Popular, 2010. p.144)

cheiro de repressão. Você entrava em certos espaços, era cheiro de repressão. Repressão, muito, muito, muito violenta!”³⁷.

Em consequência disso, foram morar em uma vila chamada Palmares, em Santo André (SP), que segundo Ana, tinha muitos integrantes da AP. Sobre as atividades exercidas, além de panfletagens, Ana relata: “[...] à noite tinha reuniões dos companheiros, em outros bairros, companheiros do partido. Que aí ainda era AP porque depois nós fomos convidados, pelo PCdoB porque os objetivos tudo se identificava com o PCdoB.”³⁸ Quando ela saiu da Trol, começou a fazer trabalho interno no partido, que era pegar e repassar documentos das mãos dos companheiros, "Isso em feiras livres. Em lugares em que a repressão tomava a frente de tudo. Operação Oban lá foi terrível"³⁹.⁴⁰

Como foi mencionado, houve uma desarticulação interna da AP e algumas pessoas acabaram saindo da organização, Ana e Bosco saíram alguns anos depois da fase inicial de rompimento dos militantes com o movimento, com isso, eles foram convidados para integrar o PCdoB. Então, eles saem de São Paulo e vão morar em Pernambuco, dessa vez para conviver com a população da zona rural. É importante salientar, que durante o tempo em que Ana morou em São Paulo, ela não usou um nome falso devido à o fato do seu nome de solteira ser um nome mais comum (Ana Maria dos Santos), ela achava que seria mais difícil da repressão localizá-la.

³⁷ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

³⁸ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

³⁹ Operação Bandeirante:

“A OBAN foi criada em 24 de junho de 1969, com o objetivo de identificar, localizar e capturar elementos integrantes de “grupos subversivos e terroristas” atuantes na área da grande São Paulo. Tratava-se da articulação das diversas forças militares e policiais no combate às organizações de esquerda. Na Operação trabalharam representantes do II Exército, da Aeronáutica, da Marinha, do Departamento da Polícia Federal (DPF), do Serviço Nacional de Informação (SNI) e, ainda, da Secretaria de Segurança Pública (SSP), do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Guarda Civil, da Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP) e da Divisão Estadual de Investigações Criminais (DEIC). Em 1970, ficou vinculada ao CODI-DOI, integrando o recém-criado Sistema de Segurança Interna. Dentre as principais ações realizadas pela OBAN está o desmantelamento do Comando Regional da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “PAULO BARBOSA DE ARAÚJO” SERGIPE: Relatório Final/ Andréa Depieri de Albuquerque Reginato e Gilson Sérgio Matos Reis (organizadores) – Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2020.)

⁴⁰ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

Quando ela e seu marido mudam de rota e voltam para o Nordeste, o PCdoB providenciou documentos falsos para que eles pudessem se proteger melhor.⁴¹

ENGAJAMENTO COM O PCDOB E A SUA PRISÃO

Aqui se dá início à um capítulo muito marcante da sua história de vida enquanto militante. Ana e Bosco, como já foi exposto, se filiam ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB)⁴², passando a viver uma realidade diferente da que eles estavam acostumados, a realidade do trabalhador do campo. Mas, segundo Ana, isso não foi um problema:

Pernambuco foi uma experiência extraordinária. Morar e viver juntos, onde moravam, os trabalhadores cortadores de cana. Gente! Era o índice maior de pobreza na época. Foi uma riqueza pra gente, né? Viver e conviver com aquela população. Casa de chão batido a nossa, tudo simples, quando eu nasci no interior, não tinha dificuldade, fogão a lenha eu sabia ascender, fogão a carvão eu sabia ascender, então eu sabia tudo da vida mais simples né.⁴³

Ana e Bosco residiam na cidade de Palmares (PE), ela foi trabalhar na área da saúde, em um hospital, como auxiliar de Enfermagem. “Aí resolvi entrar lá no hospital, como auxiliar de Enfermagem, aprendi a dar injeção, trabalhei no pronto socorro do hospital, Maternidade Santa Rosa, e só não assisti parto porque eu saí, eles estavam querendo saber muito da minha vida”, enquanto Bosco, se aproximou dos cortadores de cana. Eles já haviam passado por dificuldades financeiras em São Paulo quando ficaram alguns períodos sem emprego, no entanto, na convivência em Pernambuco essas dificuldades foram intensificadas.

Ana relata que eles mal tinham dinheiro para conseguir comprar comida. Diante dessa situação, eles trabalharam com diversas atividades, chegaram a trabalhar como feirantes, vendendo roupa: “Botamos uma venda de coisas, de roupas em Pernambuco né? Para gente ter como se alimentar, e botamos na feira [...]”⁴⁴. Essa convivência na zona rural durou cerca de 2 anos. Durante essa experiência como feirantes, eles começaram a perceber que estavam sendo seguidos: “[...] nós estávamos sendo cercados. As coisas diferentes, umas personagens

⁴¹ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “PAULO BARBOSA DE ARAÚJO” SERGIPE: Relatório Final/ Andréa Depieri de Albuquerque Reginato e Gilson Sérgio Matos Reis (organizadores) – Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2020, p. 232

⁴² Um aspecto interessante que vale ser ressaltado, é que Ana Côrtes foi uma das fundadoras do partido PCdoB em Sergipe. CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à resistência democrática: Movimento Estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985**. 2021, p. 123

⁴³ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

⁴⁴ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

diferentes na cidade”⁴⁵. Essas suspeitas faziam sentido, pois, nesse período estava havendo o processo de desarticulação do PCdoB pelo regime militar.⁴⁶

Então, resolvem se mudar para uma cidade considerada neutra, porque Palmares era considerada como mais agitada politicamente, indo para Garanhuns, também em Pernambuco. No entanto, foi nessa mudança que eles foram sequestrados e presos. Bosco foi realizar uma tarefa do partido fora da cidade e não voltou, existia um procedimento padrão do partido para esse tipo de situação, quando um integrante não voltasse no prazo combinado, o outro tinha que fugir imediatamente⁴⁷. Ana acabou resolvendo ficar até o dia seguinte na esperança de que Bosco voltasse, mas deixou as suas coisas organizadas para fugir caso isso não acontecesse. Contudo, na manhã do dia seguinte, pouco tempo antes dela conseguir realizar a fuga, a sua casa foi invadida.

[...] minha casa foi invadida por quatro cinco, eu não tenho lembrança, não sei se quatro, ou cinco homens apaisana, com metralhadoras, entraram por detrás, entraram pela frente. E me mobilizaram na cadeira da primeira sala. A casa era simples, aquela casa de interior. Aí quanto mais eles apontavam à metralhadora, mais eu gritava alto, pedindo socorro à vizinha. E ele: “se não calar, vamos atirar”. E eu continuava gritando. [...] Gritei, gritei! Eles colocaram a casa de cabeça para baixo, me botaram com um óculos escuro, encapuzada, no piso de uma rural, parecia com isso, eu não sei que carro era aquele.⁴⁸

Ana e Bosco foram sequestrados e levados para o DOPS⁴⁹ de Recife, onde foram submetidos a uma série de torturas físicas e psicológicas. Segundo o arquivo da Secretária da Segurança Pública de Pernambuco⁵⁰, Ana foi presa no dia 02 de agosto de 1974, acusada de fazer parte de atividades subversivas. A partir de então, se inicia um capítulo bastante traumático na vida de Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes.

⁴⁵ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

⁴⁶ fonte: Dossiê Ana Côrtes. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe.

⁴⁷ “Existia um conjunto de normas e orientações de comportamentos impostos pela AP que os militantes deveriam seguir. Inclusive, normas de comportamento em casos de inquéritos e prisões:” 1. Em caso de prisão de qualquer militante, o núcleo deve isolar tudo o que o militante preso saiba, como locais de reunião, depósito de material, etc. 2. O militante deve fazer o maior alarde de sua prisão. 3. As relações mútuas preso-militantes estão automaticamente suspensas. Só com autorização o militante pode visitar um companheiro preso. (...)”

SANTOS, Heloísa Nunes dos. **Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da ação popular**. 2017.

⁴⁸ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

⁴⁹ Delegacia de Ordem Política e Social

⁵⁰ Fonte: Dossiê Ana Côrtes. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe.

SER MULHER E MILITANTE EM CONTEXTO DE REPRESSÃO

A historiografia, por muito tempo foi dedicada a narrar os acontecimentos relacionados às experiências masculinas e essas narrativas eram postas como a “história oficial”. Dessa forma, as mulheres, mesmo sendo personagens atuantes na história, foram relegadas ao esquecimento. Segundo Michelle Perrot, isso se deve principalmente, ao fato de as narrativas historiográficas terem sido muito centradas na cena pública, na política e na guerra, onde, as mulheres poucos apareciam. Além disso, se deve também à problemática da ausência de fontes, já que havia o privilégio pela fonte documental e as mulheres estavam ausentes dos registros em arquivos públicos, isso contribuiu fortemente para esse apagamento historiográfico.⁵¹

Através da chamada “História das Mulheres”, várias autoras⁵² procuraram romper com essa lógica historiográfica masculinizante, na iniciativa de estabelecer a mulher como sujeito da história, elucidando as narrativas femininas, destacando aspectos do cotidiano, “os trabalhos, as lutas, as sobrevivências, as resistências das mulheres no passado.”⁵³ Partindo desse pressuposto de exclusão das mulheres das narrativas historiográficas, faz-se necessário a realização de trabalhos que tentem contornar essa situação, produzindo narrativas históricas sobre as vivências das mulheres.

A partir do campo de estudo da história das mulheres, com a utilização da categoria ‘mulheres’, surge a categoria de ‘gênero’, que segundo Joan Scott⁵⁴, é importante para analisar as relações sociais que são criadas a partir das diferenças entre os sexos, que é relacionada diretamente com as relações de poder. Nesse sentido, Joana Maria Pedro ao explicar o uso da categoria ‘gênero’ postulada por Scott, diz o seguinte:

Ela, então, alertava que a disciplina História não era apenas o registro, e sim a forma como os sexos se organizavam e dividiam tarefas e funções através do tempo. A história era, ela mesma, responsável pela “produção sobre a diferença sexual.” Pois uma narrativa histórica que nunca é neutra, e que apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero.⁵⁵

É a partir dessa perspectiva de gênero que este tópico se propõe a analisar através dos relatos de Ana Côrtes, a sua participação em um espaço historicamente destinado aos homens, o político. Delineando para além de aspectos ligados à sua militância, como também, a

⁵¹ PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. 2005.

⁵² Michelle Perrot é uma referência nesse campo e no Brasil se destaca Rachel Soihet.

⁵³ PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. 2005, p.85.

⁵⁴ Joan Scott é referência nos estudos sobre gênero, principalmente por conta do seu texto, aqui utilizado, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica “. 2012.

⁵⁵ PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. 2005, p.85. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica “. 2012, p. 87.

maternidade, violências de gênero e sexual e outras subjetividades presentes em sua trajetória que são importantes para desmistificar algumas abordagens que colocam essas mulheres como coadjuvantes da história da ditadura civil-militar no Brasil. Elucidando como elas conseguiram enfrentar esse regime opressor que estava aliado à uma sociedade conservadora, sendo mulheres corajosas, resistentes, que corriam riscos pela própria vida e também as de seus filhos, foram presas, torturadas, exiladas e algumas morreram pelo país.

Quando iniciou a ditadura civil-militar, a mulher estava adentrando em novos espaços⁵⁶, a exemplo do ambiente acadêmico, como já foi mencionado, mas também, no mercado de trabalho de forma mais significativa. Ou seja, elas estavam saindo do ambiente privado e rompendo com o estigma de que elas só poderiam pertencer ao lar, sendo mães e donas de casa. A mulher militante rompia duplamente com esses padrões, pois ela entrava também na cena política. Nessa época, na década de 1960, o movimento feminista timidamente ganha mais força no Brasil, no âmbito internacional na década de 1970 surge a famosa “segunda onda” do feminismo⁵⁷, no entanto, esse movimento não foi aderido de imediato pelas mulheres brasileiras, o contexto sócio-político da época influenciava nisso, mas também, as próprias organizações de esquerda.

Existiam grupos de mulheres militantes que tentavam levar as pautas ligadas à opressão contra as mulheres para as organizações, mas não eram consideradas reivindicações importantes, principalmente pelos homens. Em uma entrevista, Maria Amélia Teles, ex-militante e pesquisadora feminista, diz que as discussões ligadas à mulher, dentro dos partidos eram muito rasas, quando ela tentava introduzir algum ponto, era vetado. Quem também corrobora com essa ideia é Joana Maria Pedro⁵⁸ afirmando que, as discussões feministas eram vistas de forma negativa pelas organizações de esquerda, essas mulheres eram acusadas de “pequenas-burguesas” e divisionistas. Dessa forma, a opressão feminina era vista como uma luta específica que deveria ficar para depois, a luta mais importante era pela democracia.⁵⁹

⁵⁶ É importante fazer um recorte de raça e classe a respeito dessa ‘mulher’ citada, que é principalmente, branca e pertencente a classe média.

⁵⁷ COLLING, Ana Maria. **50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero**. 2015.

⁵⁸ PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. 2006

⁵⁹ “A discussão sobre a sexualidade feminina ainda terá que esperar por um bom tempo. Este tema continuará sendo considerado tabu. Não somente a Igreja e as parcelas conservadoras da sociedade brasileira negam-se a discuti-la, considerando-a algo promíscuo e atentatório à moral e aos bons costumes, mas até mesmo as organizações de esquerda e as próprias militantes repudiavam as tentativas da discussão neste sentido, optando pelo viés estritamente político.” (COLLING, Ana Maria. **50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero**. 2015, p. 375)

Isso se deve ao fato de que, apesar de haver uma presença significativa de mulheres dentro desses movimentos de esquerda, e dessa forma, elas terem sido importantes para o processo de redemocratização do Brasil, eles ainda eram compostos majoritariamente por homens. Essa composição se deve à um legado histórico e social da diferença de gênero, onde o homem desde sempre teve mais acesso à espaços públicos, nesse caso, o político, nota-se que era raro ver uma mulher ocupando cargo de comando nessas organizações de esquerda. Portanto, verifica-se uma reprodução da divisão sexual do trabalho, mantendo a hierarquia entre os gêneros:

Frequentemente as atividades de limpeza e de secretariado eram dadas como atribuições femininas⁶⁰. Além disso, questões relacionadas ao corpo e à sexualidade (como o aborto, o uso da pílula anticoncepcional, o amor livre, etc) eram geralmente questões espinhosas, pois a moral de alguns grupos de esquerda era tão conservadora quanto à sociedade em geral. Isso mostra como as organizações de esquerda (por mais revolucionárias que fossem suas ideias não estavam isoladas da sociedade, pelo contrário, seus integrantes reproduziam modelos e relações de gênero, muitas vezes impregnados de machismo.⁶¹

Nesse sentido, a ditadura militar se torna ainda mais difícil para as mulheres, uma vez que, elas “tinham que lutar contra o inimigo externo –os militares–, e com o interno –as organizações de esquerda.”⁶². A clandestinidade, como já foi dito, era um modo de vida extremamente difícil para todos, era viver com o risco de vida iminente, no entanto, é sempre importante frisar como essa atividade se tornava duplamente difícil para as mulheres. Saffioti coloca a seguinte questão: “A presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade.”⁶³.

O aparato repressivo do Estado, usou da violência contra todos aqueles que configuravam oposição ao sistema autoritário vigente. A violência sexual contra homens e mulheres foi uma prática disseminada no período, segundo os relatórios das comissões da verdade. No entanto, é preciso fazer um recorte de gênero para analisar as dinâmicas dessas violências, uma vez que, contra as mulheres, elas eram empregadas com associações a especificidades biológicas do corpo feminino. Por isso, é importante estabelecer, que a violência sexual praticada pelos agentes repressivos do Estado, é considerada grave violação

⁶⁰ Vale lembrar que qualquer atividade, por mínima que fosse, conferia riscos

⁶¹ PEDRO, Joana Maria; Cristina Scheibe Wolff; Ana Maria Veiga. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. 2011, p. 154.

⁶² COLLING, Ana Maria. **50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero**. 2015, p. 376

⁶³ SAFFIOTI, Heleieth IB. **O poder do macho**. Ministério Público do Estado da Bahia, 1987, p. 24

de direitos humanos e integra a categoria de “crimes contra a humanidade” segundo a jurisprudência internacional.⁶⁴

É imprescindível salientar, que esse tipo de violência não se resume a prática do estupro, essa, é uma das formas. Segundo o relatório⁶⁵, a violência sexual é definida de acordo com a Organização Mundial da Saúde:

quaisquer atos sexuais ou tentativas de realizar um ato sexual, comentários ou investidas sexuais não consentidos, atos para comercializar ou de outra forma controlar a sexualidade de uma pessoa através do uso da coerção, realizados por qualquer pessoa, independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, sem estar limitados, a residência e o trabalho. Abrange toda ação praticada em contexto de relação de poder, quando o abusador obriga outra pessoa à prática sexual ou sexualizada contra a sua vontade, por meio da força física, de influência psicológica (intimidação, aliciamento, indução da vontade, sedução) ou de uso de armas e drogas.

No depoimento de Ana, é possível constatar algumas dessas violações de cunho sexual, como o desnudamento forçado, para isso, é importante verificar parte de seu relato a partir do momento em que foi sequestrada, evidenciando outros tipos de violência:

Eles me levaram para o DOI-CODI⁶⁶ de Recife, me penduraram numa argola, uma argola de ferro pendurada, como faziam com os escravos. E a gente não tocava no chão, nem a ponta dos pés. E lá me deixaram. Eu não consigo me lembrar quanto tempo, quantas horas. Eu gritava: “Tira-me daqui, tira-me daqui.” Fiquei a noite, “tira-me daqui”. E eu não sei quantas horas fiquei ali. Dalí, eu não lembro, mas eu fui para uma cela, um cubículo, que tinha um buraco na porta, porque depois é que eu entendi, é para passar a alimentação. Era cela individual.⁶⁷

Me botaram numa cela por vários dias, por muitos dias, quase dois meses, e só me tirava de lá, quando eu pedia para ir ao banheiro. Mas tiravam principalmente de lá para as torturas. Choque elétrico na ponta da orelha, na ponta do dedo da mão, do pé.⁶⁸

Essas sessões de tortura foram realizadas enquanto Ana já estava grávida, mas ainda não sabia. Em outro momento de seu depoimento, ela relata o incômodo que sentiu quando foi obrigada a ficar totalmente nua em meio à homens desconhecidos, para realizar um interrogatório. Em vários momentos essa prática se repete durante o período em que ficou presa, segundo o depoimento colhido por Maria Aline⁶⁹. Essa situação do desnudamento, foi considerada a pior das torturas para ela, pois era vexatória, ainda mais para a época que a nudez era um tabu, entendida como um motivo de vergonha.

⁶⁴ BRASIL. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Vol. I, p. 400, cap. 10.

⁶⁵ BRASIL. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Vol. I, p. 418, cap. 10.

⁶⁶ Destacamento de Operações Internas/Centro de Operações de Defesa Interna

⁶⁷ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)**. 2021, p. 203.

Quando ela estava em São Paulo, em uma viagem feita para identificar os militantes do partido, primeiro mostraram imagens para que ela delatasse alguém, ela não reconheceu ninguém, em seguida eles tentaram uma nova abordagem e a levaram para a região em que ela morou na época em que viveu no ABC paulista, para que ela entregasse a localização deles, ela continuou negando, então, eles a levaram para uma sessão de tortura. Ela foi interrogada por dois homens que praticaram violência de gênero e sexual contra ela. Um deles ordenou:

“Pode tirar a roupa, que vai ser nua.” Naquela época a gente não ficava nua nem na frente de uma irmã, quando a gente era pequena. Quando a gente era garota, adolescente, não se trocava, era muito recatado, não é? A educação da gente naquela época era muito recatada. Aí eu firmei que não tirava. Aí ele: “Se não tirar, quem vai tirar sou eu, somos nós.” Eram dois. Aí eu resolvi tirar, que não queria a mão de torturador no meu corpo. Tirei.⁷⁰

A atitude praticada pelos militares de ordenar que ela ficasse nua, tinha o intuito de desestruturar emocionalmente, de humilhar. Essa prática também era feita com os homens, mas reiterando o que já foi posto, os significados nos corpos femininos eram diferentes. Desde a infância a mulher convive com as ideias de proteção e pudor sobre seu corpo, já o homem, o enxerga como normal. O torturador, na figura masculina, exercia poder através da tortura, na figura feminina, estabelecendo uma relação de controle masculino sobre o corpo feminino. Em vários relatos analisados através da bibliografia que compõe esse trabalho, é possível identificar diversos tipos de violência sexual, como, abuso sexual, nudez forçada, ameaças de estupro, estupro, sevícias, choques elétricos na vagina e nos seios, introdução de objetos nos órgãos genitais, mutilação, dentre outras práticas de violências que atravessam danos psicológicos.

Nesse sentido, esse sistema repressivo além de violento, era bastante desfavorável às mulheres por conta do seu gênero, uma vez que, a situação de estar despida na frente de homens constituía uma humilhação e ainda a ameaça de ter a possibilidade de ser tocada por esses homens, caso não obedecesse a ordem de tirar a roupa. Elizabeth Ferreira, pontua que essas mulheres sempre eram interrogadas/torturadas por agentes do sexo masculino, com isso, sofriam várias situações humilhantes sob o olhar de alguém que é desconhecido, acontecia até de menstruarem durante uma sessão de tortura de forma inesperada⁷¹. Esse tipo de situação é mais um exemplo de algo que só poderia acontecer com pessoas do sexo feminino.

Olivia Joffily diz que:

Na tortura, as mulheres enfrentam uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero - o não ser possível admitir que a mulher possa

⁷⁰ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

⁷¹ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Dissertação de Mestrado. 1996, p. 96

ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero⁷².

Saffioti⁷³, vai pontuar que a violência de gênero, podendo ser sinônimo de violência contra as mulheres e de violência doméstica, remete, entretanto, às relações hierarquizadas, nas quais pode ser verificado a assimetria de poder, implicando relações de dominação, marcadas pela desigualdade entre homens e mulheres. Ana reflete “Como é que aguentei tudo isso e estou aqui ainda”⁷⁴.

SER MULHER, MILITANTE E MÃE EM CONTEXTO DE SOBREVIVÊNCIA

Primeiramente, faz-se necessário historicizar brevemente o sentido da maternidade, que varia de acordo com o contexto a depender da época, sendo influenciado por interesses econômicos e políticos, por exemplo⁷⁵. Na sociedade patriarcal⁷⁶, a maternidade representa a justificativa para a existência da mulher, mais precisamente do corpo feminino, que seria programado para a procriação, em determinados contextos históricos, isso seria interessante para a descendência. Nesse sentido, a idealização da maternidade foi criada e estimulada desde sempre por esse sistema, com o objetivo de controle dos corpos femininos.

Retomando a questão dos lugares sociais ocupados por mulheres e homens, a esfera do espaço privado girava em torno de três coisas: a dona de casa, a esposa e a mãe; enquanto, o homem era o provedor do lar. Apesar de o espaço privado ser destinado às mulheres, na sociedade patriarcal, quem tem a maior autoridade dentro de casa é o homem, a mulher é relegada ao lugar secundário.

Ainda nessa concepção, a maternidade acaba reforçando a desigualdade entre os gêneros, a mulher é resumida ao seu destino biológico, tendo como obrigação ser mãe, como

⁷² JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança Equilibrista-Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)**. 2005, p. 124.

⁷³ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 81

⁷⁴ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)**. 2021, p. 203.

⁷⁵ BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 1985.

⁷⁶ Segundo Colling, patriarcado é um sistema social em que homens adultos mantêm o poder político, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. Modelo sociopolítico em que o gênero masculino e a heterossexualidade exercem supremacia e poder sobre os demais. (COLLING, Ana Maria. **Violência contra as mulheres - herança do patriarcado**. Diversidade e Educação, 2020, p. 173) o conceito de patriarcado, o qual segundo Lerner “significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral” (LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. 2019)

um caminho “natural”. Trazendo para a temática do presente trabalho, muitas mulheres que estavam atuando na militância, acabaram engravidando nesse período, dessa forma, o ideário de maternidade também foi utilizado pela ditadura. Os agentes da repressão entendiam que uma mulher militante que estava na condição de gestante ou uma mulher que já possuía filhos, faria de tudo para a proteção deles, inclusive fornecer informações, devido a ideia de amor materno incondicional.

O regime militar foi executado por uma instituição patriarcal⁷⁷, possuía valores conservadores a respeito da família, no modelo tradicional a maternidade tinha função central, por isso, eles a defendiam. No entanto, há uma contradição entre esse discurso e a prática, uma vez que, quando se tratava de mulheres prisioneiras, eles as privavam de suas funções maternas⁷⁸. Dessa forma, após essa contextualização, fica evidente que o corpo feminino continuou sendo propriedade do homem, na ditadura ele se torna posse dos agentes repressivos.

Viver na clandestinidade era viver no limite entre a vida e a morte, como Ana se refere: “Bom, a gente tava preparado para a morte.”⁷⁹. Ao engravidar em uma situação como essa, além dos riscos que elas sofriam com as suas próprias vidas, esse risco duplicava. A maternidade não as livrava da tortura, em alguns casos, se tornava um agravante para a intensificação-la⁸⁰. Ana Côrtes, acabou engravidando durante o período de maior acirramento repressivo, durante o AI-5, portanto, a sua relação com a maternidade foi marcada por atravessamentos políticos, configurando uma maternidade totalmente atípica, tendo em vista que, ela precisou conjugar a maternidade com a sobrevivência. Ela descobriu que estava grávida quando estava presa:

[...] eu descobri na prisão de Recife que eu estava grávida, minha menstruação era certa, era dia 20. E passou uma semana, e passou duas, Bosco antes de viajar, a gente se encontrou, aí não era para a gente ter menino na guerra né? A orientação era essa. Então peguei gravidez, e depois eu senti né? Os seios, tudo. Mas não disse a eles em Pernambuco, ao DOI-CODI de Pernambuco, aos torturadores.⁸¹

⁷⁷ SANTOS, Musa; PEDRO, Joana Maria. **Usos do gênero na clandestinidade no Brasil**. Disponível: <http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1406206167_ARQUIVO_UsosdogeneronaclandestinadenoBrasil-trabalhoANPUH-revisado.pdf>

⁷⁸ JOFFILY, Mariana. **A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina**. Espaço Plural, 2009, p. 84.

⁷⁹ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

⁸⁰ MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. São Paulo, 2010, p. 27.

⁸¹ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

A partir dessa fala, é possível constatar alguns aspectos relacionados à gestação enquanto militante clandestina. Primeiramente, a orientação da organização de que não podia ter filhos, como já foi apontado anteriormente. Ademais, a questão biológica do sexo feminino como um fator que possibilitou a constatação da sua gravidez naquele momento, já que, ela não tinha acesso à saúde. Talvez, se ela estivesse fora da prisão, essa situação não seria tão diferente, há relatos de muitas mulheres que não tinham acesso à hospitais, porque era uma exposição muito grande e poderiam acabar sendo presas, então, elas passavam a gestação inteira sem realizar acompanhamento médico, muitas viviam isoladas nos aparelhos e os partos aconteciam de forma clandestina.

Outra questão que pode ser especulada nesse trabalho (ela não comenta em seu depoimento), é o fato dela não contar aos agentes do DOI-CODI de Pernambuco que poderia estar grávida, talvez fosse pelo medo de que usassem da sua condição para intensificar as torturas. Muitas mulheres relataram que tinham medo de que esses agentes enxergassem seus filhos como uma extensão de si e usassem como objeto de tortura ou até os matasse.⁸² A respeito disso:

Foi usada para enlouquecer e fragilizar militantes, o que causou, em muitas situações, o enfraquecimento afetivo e emocional às mulheres e às crianças. As mães, por serem violentamente reprimidas pela ditadura devido à militância política, eram obrigadas a assistir suas crianças serem submetidas às mais vis torturas psicológicas ou físicas. Houve mães que sequer eram militantes, mas seus companheiros eram e, portanto, suas crianças foram submetidas a sequestros, ameaças de torturas ou chegavam a ver o assassinato de seus pais sob tortura⁸³.

A estratégia aqui utilizada pelos torturadores, era a de culpabilização da vítima pelo o que poderia acontecer com seu filho, se utilizando de sua condição materna. Retomando o relato de Ana, ela continua a descrever como foi a sessão de tortura em São Paulo, quando descobriram a sua gravidez:

[...] o torturador, ele pelo meu seio e minha barriga, estava um pouco volumosa, se bem que eu sempre fui meio barriguda, mas estava um pouquinho mais volumosa. Mas principalmente pelos meus seios, ele descobriu que eu estava grávida. Eu fiz que não entendia e assim eles fizeram o interrogatório, eu completamente nua.⁸⁴

Quando Ana retorna para a prisão em Pernambuco, ela não deixa claro se os agentes ficaram sabendo da sua gravidez, mas ela relata como foram os dias seguintes: “[...] então, foi

⁸² SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. 1. ed. São Paulo: ALESP, 2014.

⁸³ TELES, Maria Amélia de Almeida. **Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura**. Revista Estudos Feministas, 2015, p. 1017.

⁸⁴ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

nessa situação, sem comer, sem tomar banho de sol, já passava de dois meses, eu comecei a ter sintomas de ameaça de aborto.”⁸⁵. Em outro momento de seu depoimento ela ainda relata: "O carcereiro ia chamar a gente para depor, eu sabia que ia passar por choque elétrico.”⁸⁶. A associação desses fatores, na condição em que ela se encontrava, fizeram que ela ficasse bastante debilitada.

Esse retorno a Pernambuco marca a sua prisão legalizada, ela havia sido sequestrada há mais ou menos dois meses, seu nome e o de Bosco, entraram para a lista de desaparecidos políticos, por isso, a repressão foi obrigada a informar a localização dos dois. Em seguida, ela tem contato com Mércia Albuquerque, advogada que providenciou a sua entrada em um hospital, devido a seu quadro de saúde preocupante decorrente das torturas físicas e psicológicas. Segundo Maria Aline, a advogada questionou os responsáveis do DOPS, mencionando que Ana não poderia estar ali, pois a prisão só tinha homens e ela era a única mulher⁸⁷. O diretor do hospital permitiu que ela fosse internada, sob uma condição, não poderia haver agentes da repressão no quarto dela. Isso significou uma ajuda valiosa para Ana, na sua avaliação.

Ainda assim, ela continuava sendo vigiada pelos agentes, sua advogada estava tentando conseguir com que ela respondesse ao processo em liberdade e pediu a ajuda desse diretor do hospital, que também era médico de Ana, para que ele postergasse a sua alta, com o objetivo de que Ana ficasse longe da prisão. Essa situação perdurou por mais ou menos um mês, até que ela conseguisse a liberdade. Ana não retornou mais a prisão e ficou hospedada por um tempo na casa dessa advogada até retornar para Aracaju, na sua avaliação, isso foi um ato de solidariedade sem tamanho.

Não obstante, ela ainda retornava todos os meses para Recife para a auditoria militar de Recife. Mesmo em liberdade provisória, o medo de ser sequestrada novamente assolava o cotidiano de Ana. “E assim voltei para Aracaju. Barrigão! Eu era louca para ter filhos, né? Só não tive filho antes, porque fui para guerra. Não podia ter filhos na guerra. Voltei para casa com cinco meses de grávida, [...] sem lenço, sem documento.”⁸⁸. Seu marido, Bosco, continuou

⁸⁵ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

⁸⁶ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

⁸⁷ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)**. 2021, p. 203.

⁸⁸ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

preso por quase cinco anos, quando saiu da prisão foi convidado para ser dirigente do PCdoB em Sergipe, mas por conta do afastamento de seu filho, imposto pelo regime militar, onde ele não pôde acompanhar a gestação e o nascimento, então ele resolve ficar um pouco afastado da militância para priorizar a sua família. Nesse momento, Ana já tinha tido outro filho, acabou engravidando novamente de Bosco, durante as visitas a prisão:

Então tive o primeiro filho, que foi Eduardo, o segundo que foi Marcos, e quando Bosco voltou, aí nós fizemos um acerto, bem gostoso. Vamos deixar Marcos se desenvolver mais e vamos ter mais um filho. Porque os filhos, os dois primeiros, ele não teve chance de ver nascer, não teve chance de brincar com eles. [...] melhor dizendo, precisávamos ter um filho a dois, ser pai ao vivo numa gravidez com você perto de mim. E ele topou.⁸⁹

Ana foi julgada em 1976, referente à sua prisão em Garanhuns/PE, e a sua advogada, Mércia Albuquerque, conseguiu mais uma vez que ela não fosse presa. O fato de Ana ser mãe e estar grávida novamente, colaborou para que fosse absolvida, na sua perspectiva:

[...] eu levei Eduardo aqui no dedo, dois aninhos, dois anos mais ou menos, dois anos e pouco. Sei que ele era bem pequeno. Acho que era menos de dois anos. E Marcos na minha barriga. Eu estava grávida de mais um filho. Aí novamente a advogada utilizou, foi uma belíssima defesa. Ela fez. E ela utilizou a chegada de mais uma gravidez. E assim eles me absorveram.⁹⁰

Mesmo com a ajuda de algumas pessoas, Ana procurou retomar a sua vida, começou a trabalhar na prefeitura como assistente social, na necessidade de criar e prover o sustento de seu filho, e na tentativa de se reerguer e sobreviver, porém, não foi fácil, pois mesmo em liberdade ela continuava sendo vigiada pela repressão. Em sua trajetória, ela pôde contar com a solidariedade de algumas pessoas, as vezes através de atos muito simples, mas que significaram muito para a ela; como vizinhos, amigos, colegas de profissão, o médico do hospital em que ela foi internada durante a sua prisão, a sua advogada Mércia, mas ela enfatiza a sua família. Abaixo é colocado um trecho de seu depoimento em que ela relata como se deu o seu retorno para Aracaju:

Como minha família é muito grande, e todos estavam [Aracaju]. Tinha muita gente, minha mãe, meus irmãos, sobrinhos, que a sobrinhada daquela época era tudo adolescente, e meu pai morava direto em Frei Paulo, só vinha de vez em quando em Aracaju. Meu pai, ele não veio mim, eu fui a ele. E nos encontramos numa boa. Olhe para meu pai, homem do tempo antigo, nascido no início do século passado, saber “seu Chiquinho do sal” ter uma filha mais nova, Ana Maria, presa! Para meu pai foi muito difícil. Minha mãe sofreu, mas para meu pai foi muito difícil. E contaram a ele que eu estava assaltando banco. Disseram a ele que eu estava. Que eu estava não sei o que? Aí fui lá, ele me recebeu bem emocionado, porque o povo quando casavam, as

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem.

mulheres, quem chorava não era minha mãe não. Quem chorava era meu pai. Durão na disciplina, mas mole de coração. Aí ele me recebeu de braços abertos.⁹¹

Em síntese, como foi demonstrado, Ana Côrtes sofreu muito durante o período em que esteve sob tutela do Estado. A mulher que resolvia ingressar na militância política, era vista pela repressão e pela sociedade patriarcal, como desviante desse sistema. Por isso, foram adotadas práticas que desumanizassem as vítimas, principalmente através da violência sexual, que, como foi analisado, nem sempre ocorre quando há uma situação de estupro, existem muitas formas de ser expressada e em situações diversas, muito atreladas ao cotidiano, e que nem sempre as próprias vítimas conseguem discernir. Apesar de muito sofrimento, Ana contou com a ajuda de muita gente e essa rede de apoio foi de suma importância para a retomada de sua vida, principalmente no período em que exerceu a maternidade solo. Essas vivências denotam muita coragem e força, características presentes em muitas mulheres militantes da época.

EM LUTA PELA ANISTIA

Em decorrência dos processos de gestação e maternidade, Ana teve a sua militância interrompida, mas continuou aliada à luta, se integrando ao Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe, que reivindicava uma “Anistia, ampla, geral e irrestrita”. Nesse processo pela anistia, seu marido mesmo na prisão também arranjava formas de lutar, realizando greves de fome por exemplo. Elucidando mais uma vez que a resistência se fez presente na vida desses militantes desde a instauração do golpe civil-militar. Esse capítulo conta como fonte principal o livro da historiadora Maria Aline Matos de Oliveira: *Em busca da liberdade: memória do Movimento Feminino pela Anistia em Sergipe (1975-1979)*, que é um trabalho pioneiro no que se refere a luta das mulheres sergipanas no movimento pró-anistia no estado.

De acordo com Colling, o ano de 1975 foi marcante para a história de luta dessas mulheres, ela descreve como “um divisor de águas”. Os espaços que antes eram delimitados, passam a se abrir em vários âmbitos, como a Igreja e a ‘esquerda’ (partidos, organizações, movimentos), devido à instituição do Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU⁹². A imagem da mulher na sociedade também vai se modificando, se desvinculando mais da imagem patriarcal da mulher que deveria se privar ao lar, dando espaço para a imagem da mulher militante, engajada na luta pela redemocratização do país. Aos poucos, o debate feminista vinha

⁹¹ Ibidem.

⁹² COLLING, Ana Maria. **50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero**. 2015, p. 377.

ganhando espaço e levantando pautas importantes, como a violência sofrida pelas mulheres. A partir disso, elas começam a discutir mais as desigualdades de gênero, os problemas específicos das mulheres, como sexualidade, aborto, contracepção⁹³.

É nesse contexto, que em 1975 surge o primeiro Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) em São Paulo, composto por mulheres e fundado por Therezinha Zerbine⁹⁴. O objetivo principal da campanha desse movimento, era a luta pela anistia, que possibilitava o retorno dos militantes exilados, banidos e a libertação dos presos políticos do país⁹⁵. Esse movimento foi tomando força e se espalhando em outros estados brasileiros, como Sergipe, sendo fundado em 1978 o MFPA-SE, pela professora universitária Núbia Marques e composto por outras mulheres, militantes, familiares de presos políticos, membros da ala progressista da Igreja Católica e políticos do MDB⁹⁶.

O movimento em Sergipe possuía uma peculiaridade em relação aos demais, contava com a participação de homens também, como é o caso de Jackson Barreto, por isso, era um movimento de caráter misto, o que contrariava as normas empregadas pelo movimento nacional, que vetava a participação masculina. Ademais, esse movimento não se denomina como feminista e algumas das mulheres participantes também não, no entanto, havia uma aproximação da luta dessas mulheres sergipanas com as causas feministas.

Dentro desse movimento existia um grupo que era denominado de “tríade subversiva” composto por Laura Marques, Zelita Correia e Ana Côrtes⁹⁷. Esse grupo era considerado o mais político dentro do movimento, essas três mulheres militantes, participaram atividade na luta contra a ditadura militar, foram presas e torturadas. É importante ressaltar, que apesar de haver participação masculina, nesse movimento havia um protagonismo feminino, mulheres engajadas na luta pela anistia, mostrando a sua força e rompendo mais uma vez com valores machistas impostos pela sociedade.

Referente à Ana Côrtes, foi dentro desse movimento que ela exerceu o maior protagonismo da sua trajetória enquanto militante. O que é curioso de se perceber, dado o contexto dificultoso em que ela estava inserida, sendo mãe solo, trabalhando, ainda sendo vigiada pela repressão e visitando constantemente o seu marido que estava preso em outro

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)**. 2021, p. 31.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Ibidem, p. 32.

estado. Ela assumiu posições de liderança e exerceu papel fundamental para a consolidação das transformações políticas. Isso aconteceu com muitas mulheres integradas ao movimento ao redor do país, contrapondo o protagonismo masculino predominante nas organizações de esquerda durante a maior parte da ditadura militar. À vista disso, Ana relata:

Aí durante esse tempo todo, movimento de Anistia, a luta de quando por três vezes, por três greves de fome, algumas delas vinte tantos dias, aí eu deixava o filho, deixava trabalho, e aí ia lá [para Pernambuco] porque os familiares tinham que estar lá presente. Fomos a Dom Hélder Câmara durante essas greves de fome que eles faziam, e fizemos Movimento para a Anistia, depois passou a ser a ordem do dia. Me engajei lá com os familiares, e me engajei aqui sob a presidência de Núbia Marques, uma grande mulher, né? E toquei a vida, criando dois filhos, com o pai vivo.⁹⁸

[...] e eu me engajei muito aqui e tive que me engajar também em Recife. Porque a luta em Recife era dos familiares, para que, mobilizando setores religiosos que eram avançados, diversos setores, junto com o movimento da Anistia em Recife, para justamente dar todo apoio aos presos políticos na ilha de Itamaracá.⁹⁹

A respeito do movimento pela anistia ela completa:

[...] e a gente foi se organizando a nível dos estados, engrossando as fileiras, e esse movimento eu acho que foi, o elemento chave para o movimento que levou ao enfraquecimento maior da ditadura. Porque o Brasil inteiro se uniu, para que? para dizer o basta. O que eu reflito muito, de como demorou, daquele momento de Anistia, para um momento... Longos anos que se passaram, porque demoramos tanto para fazer as coisas que deveríamos fazer. Não estou me lamentando não, estou só registrando.¹⁰⁰

O MFPA de Sergipe era monitorado pelos órgãos de segurança nacional e chegou a ser classificado como subversivo, inclusive tendo agentes infiltrados, apesar da sensação de insegurança e o medo da repressão, os membros do comitê não desistiram, continuaram empreendendo o movimento pelo estado através de atos e manifestações para conseguir mais adeptos¹⁰¹, como Ana diz, foi a união do país para dizer o basta. O trabalho era realizado no cotidiano, a divulgação era feita de boca a boca inicialmente, depois elas foram montando estratégias para alcançar mais pessoas e tiveram o apoio importante dos estudantes do DCE-UFS. Aos poucos a campanha foi crescendo no estado.

Enfim, em 28 de agosto de 1979, com caráter restrito e parcial, a lei 6.683, da anistia, foi promulgada. Desse modo, beneficiou os indivíduos que estavam exilados, os presos políticos, mas também os militares que estavam no poder, causando muita indignação nos manifestantes, o que ainda hoje é motivo de muitos debates. Os militares foram o grupo que

⁹⁸ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)**. 2021, p. 108-109.

cometeram graves violações de direitos humanos e tiveram seus crimes perdoados, em contrapartida, a lei não perdoou os militantes que já estavam condenados por envolvimento na luta armada. Apesar desse processo de anistia marcar a transição política brasileira para a democracia, possuía muitos impasses.

Percebeu-se, nessa manobra, o real objetivo dos militares, pois na medida em que atendia em partes a demanda do movimento pela anistia, organizou de forma estratégica a transição política que garantia a saída dos militares do poder sem que sofressem nenhum tipo de sanção pelos crimes cometidos¹⁰².

De agora em diante, os capítulos da história de Ana Côrtes começam a ficar mais tranquilos, finalmente Bosco Rolemberg sai da prisão, retornando para Aracaju em 1979, depois de vários anos separados, ele que não pôde criar os seus filhos. Ana, prepara a casa para recebê-lo:

Mas teve uma coisa boa, quando Bosco chegou, ele tinha uma casa para morar e os filhos para cuidar. E Eduardo, um dia quando Bosco [já liberto] foi buscar ele [na escola], ele tinha quatro anos de idade, ele ia de vez em quando visitar o pai, mas muito esporadicamente. Ele chamou os coleguinhas todos, que estavam perto dele: “Venha ver meu pai, venha ver meu pai!”. Isso foi uma passagem muito emocionante¹⁰³.

O desencarceramento representava a liberdade de fato. A liberdade para ter de volta a sua vida como cidadão de direito, de poder retomar hábitos simples, relações, viver momentos de alegria com as pessoas que faziam parte da sua vida, de ver o crescimento dos seus filhos. A vida na prisão, nas condições de autoritarismo, tenta a todo momento desumanizar os indivíduos que estão presos, matando todos os dias a vontade de viver em meio à uma opressão tão grande. Sobre a vida após a prisão, a historiadora Janaína de Almeida Teles, ex-presa política, infere:

Para alguns militantes, o tempo de prisão, embora muito difícil, constituiu-se num período de amadurecimento político, o que não implicou necessariamente em retomar a militância ou em realizar um trabalho político com outras referências após a libertação da prisão. Vários militantes saíram da cadeia e não voltaram à atividade política. Alguns necessitaram de anos para voltar a se envolver com política¹⁰⁴.

Posteriormente à essa conquista, o movimento feminista estava ganhando mais força, principalmente no eixo sul e sudeste, e em São Paulo, no ano de 1983, surge o Conselho Estadual da Condição Feminina, que foi o primeiro órgão fundado no Brasil, que tratava de

¹⁰² OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)**. 2021, p. 152-153.

¹⁰³ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

¹⁰⁴ TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, p. 409.

temáticas específicas no que se refere a condição de ser mulher, como: saúde, violência, o trabalho, creches¹⁰⁵. A partir disso, surgiram outros projetos com esse olhar voltado para essas pautas. Dando continuidade à sua luta após a promulgação da lei da anistia, Ana Côrtes, participa da criação do primeiro Conselho Municipal da Condição Feminina de Aracaju, em 1985, que tinha o mesmo intuito que o de São Paulo, sendo um dos poucos locais em que se discutia a problemática da opressão feminina¹⁰⁶.

A partir da criação desse conselho em Aracaju, foi viabilizada a criação da primeira delegacia da mulher em Sergipe em 1988¹⁰⁷, onde Ana também teve influência. Esses órgãos possuem um poder simbólico muito importante, para além das ações efetivas em relação ao combate a opressão feminina, legítima também a luta empreendida por essas mulheres que por muito tempo foi vetada pelos homens.

Nota-se um protagonismo das mulheres sergipanas em diferentes cenas políticas a partir do MFPA. Para concluir, abaixo estão elencadas algumas informações referentes à empreendimentos de Ana Côrtes na sociedade sergipana:

Foi membro do Conselho Federal de Assistentes Sociais e presidente do Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe e atuou como Secretária de Assistência Social em Aracaju (1986). Coordenou o Programa Toda Secretária é da Criança (2001) e foi, novamente, secretária municipal de Assistência Social e Cidadania (2002). Em 2018, recebeu o Título de Cidadã Aracajuana, pela prefeitura de Aracaju. Essa iniciativa partiu do vereador Antônio Bittencourt, do PC do B, devido a sua relevante contribuição na luta pela “democracia” brasileira durante à ditadura civil-militar, e pelos trabalhos sociais desenvolvidos na sociedade sergipana, como Assistente Social da prefeitura de Aracaju, desde 1975. Atualmente, aposentou-se do Serviço Público estadual¹⁰⁸.

Por fim, constata-se que Ana lutou em diferentes frentes e teve um papel de fundamental importância para a redemocratização do país, e nas lutas femininas em relação à opressão da mulher. Um último trecho do seu depoimento foi escolhido para fechar esse trabalho porque ela fala da importância de políticas de memória. No Brasil, essas políticas ainda são insuficientes, comparadas a outros países do Cone Sul que passaram por ditaduras. Isso acarreta na manutenção da memória autoritária herdada desse período. Nesse trecho, ela

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)**. 2021, p. 213.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)**. 2021, p. 211.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)**. 2021, p. 219.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979)**. 2021, p. 221-222.

rememora uma viagem que fez com a sua filha, Joana, para o Chile e elas foram visitar o Museu da Memória e dos Direitos Humanos em Santiago:

Gente! Que bom ter ido. Que bom se todos nós aqui tivéssemos chance de ir. Gente, é um resgate completo. Não é o prédio porque é grande, tá tudo lá dentro, tá fora uma bandeira, né? Então aquilo me deixou plena e ao mesmo tempo reflexiva. Porque, por que demoramos tanto? Mas eu acho que demoramos, mas estamos fazendo. É o que me consola. Estamos fazendo¹⁰⁹.

É importante frisar, que ao testemunhar sobre a sua trajetória durante a ditadura civil-militar, ela movimenta uma memória ferida, marcada por lembranças traumáticas que precisam ser de conhecimento geral, para que esse passado não se apague e nem caía no revisionismo histórico. Segundo Seligmann: “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”¹¹⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, através do entrelaçamento do depoimento de Ana Côrtes, principalmente, e de outras pessoas que participaram ativamente no processo de redemocratização do Brasil, juntamente com a bibliografia estudada, é possível perceber vários elementos que são importantes para ter uma compreensão mais ampla do que foi o período ditatorial no país. Ana, uma mulher, na época muito jovem, ainda adentrando à novos espaços, resolve ingressar nessa luta política, passando por diferentes organizações de militância, entrando para a clandestinidade, dedicando anos da sua vida, e a sua vida, em uma luta importante e que afeta diretamente o nosso presente. Em suas palavras “O que seria do Brasil se não fosse a resistência?”¹¹¹.

Através da sua história de vida, foi possível adentrar em temáticas diversas como: o movimento estudantil em Sergipe, a sua participação na Ação Popular (AP) e no PCdoB, o seu sequestro e a consequente prisão, torturas, gestação, maternidade, violência sexual, violência de gênero, participação na luta pela anistia no Movimento Feminino pela Anistia (SE), entre outros. Articulando essas reflexões com a perspectiva de gênero, tendo em vista que as mulheres que engajaram na luta de oposição ao regime, estavam sendo afetadas de forma diferenciada

¹⁰⁹ Depoimento de Ana Côrtes à Comissão Estadual da Verdade de Sergipe, Aracaju, 19 maio 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>>

¹¹⁰ SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas.** *Psicologia clínica*, v. 20, p. 65-82, 2008

¹¹¹ OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979).** 2021, p. 206.

pelos agentes repressivos, por estarem realizando uma dupla transgressão: ao sistema autoritário vigente e a sociedade patriarcal que excluía as mulheres do espaço público. Dessa forma, é importante perceber que essas mulheres também realizavam uma dupla resistência.

Ademais, é imprescindível refletir sobre outros aspectos relevantes presentes nesse artigo. Como, a dominação masculina sobre o corpo feminino, praticada pelos agentes da repressão desde o momento que se iniciavam as prisões dessas mulheres até as práticas de tortura. Essas mulheres, assumiram vários riscos para além da prática como sujeito militante, como foi exposto. Uma das questões mais desafiadoras em ser mulher e militante, era passar pela maternidade, pois conferia uma carga extra de sofrimento para essas mulheres, pois, consistia em gerar uma vida em um contexto de morte. Faltava assistência médica pré e pós parto, elas poderiam ser separadas de seus filhos após o nascimento, eles poderiam ser mortos, existia a possibilidade de sofrer um aborto, sofrer tortura grávida, exercer maternidade solo, enfim, eram muitos riscos envolvidos.

Portanto, o exercício da maternidade nessas condições, precisa ser entendido como um ato político. Para mais, também é possível refletir sobre a superação para recriar a sua vida após a prisão, onde, Ana precisou conciliar a maternidade solo com o trabalho para garantir a sua sobrevivência e a de seus filhos. Essa foi a realidade de muitas mulheres que passavam pela mesma situação, uma vez que, em muitos casos os pais de seus filhos também de encontravam presos ou mortos.

Esse estudo também proporcionou uma reflexão acerca da desmistificação do perfil da mulher militante, entendendo que as mulheres tiveram vivências diferentes no regime militar, por conseguinte, sendo atingidas também de formas diferentes. Por isso, é importante ouvir o que elas têm a dizer a respeito dessas experiências carregadas de subjetividades, que deixaram marcas em suas vidas. O papel do testemunho nesse contexto é de suma importância, tornar pública essas violações de direitos humanos praticadas por indivíduos que não foram criminalizados, é uma forma de denúncia para que essas memórias não sejam esquecidas.

Por fim, é importante salientar, que esse artigo não tem a pretensão de esgotar nenhum assunto, mas de contribuir para os estudos dessas temáticas, principalmente, com a ação de empreender uma escrita da História fundamentada no feminismo, trazendo uma narrativa não hegemônica e ampliando o foco para história das mulheres.

REFERÊNCIAS:**FONTES:**

Dossiê Ana Côrtes. In: Acervo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe.

BIBLIOGRAFIA:

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**.1985.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. V.1.

COLLING, Ana Maria. **Violência contra as mulheres - herança do patriarcado**. Diversidade e Educação, 2020.

_____. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Editora Rosa DOS Tempos, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero**. 2015.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE "PAULO BARBOSA DE ARAÚJO" SERGIPE: Relatório Final / Andréa Depieri de Albuquerque Reginato e Gilson Sérgio Matos Reis (organizadores). – Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise, 2020.

CÔRTEES, Ana Maria Santos Rolemberg. **Depoimento realizado na Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”**. Aracaju: Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, 19 de maio de 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/i2qNFuvEc5A>> Acesso em: 24/11/2022

CÔRTEES, Joana Santos Rolemberg. **DOSSIÊ ITAMARACÁ: Cotidiano e resistência dos presos políticos da penitenciária Barreto Campelo na ilha de Itamaracá- PE (1973-1979)**. São Paulo, Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), 2012.

CÔRTEES, João Bosco Rolemberg. **Depoimento realizado na Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”**. Aracaju: Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”, 28 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/EwV9mwpIVZM>> Acesso em: 24/11/2022.

CRUZ, José Vieira da. **Da autonomia à Resistência Democrática: Movimento Estudantil, Ensino Superior e Sociedade em Sergipe, 1950-1985**. Criação Editora, Sergipe, 2021.

DANTAS, Ibarê. **A tutela militar em Sergipe: 1964 – 1984 (partidos e eleições num Estado autoritário)**. 2. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

DELLAMORE, Carolina. **Resistência operária e ditadura militar - a atuação dos metalúrgicos na cidade Industrial de Contagem/MG**. 2015.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Dissertação de Mestrado. 1996.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro, 2001.

JOFFILY, Mariana. **A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina**. Espaço Plural, 2009.

- _____. **Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber.** Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 13, n. 24, p. 165-176, 2016.
- JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança Equilibrista-Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985).** Tese de Doutorado. PUC-SP. 2005.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** Editora Cultrix, 2019.
- MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura.** Editora Caros Amigos, São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, Maria Aline Matos de. **Em busca da liberdade: memória do movimento feminino pela anistia em Sergipe (1975-1979).** Edise, Sergipe, 2021.
- PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História (São Paulo), v. 24, 2005.
- _____. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978).** Revista brasileira de história, v. 26, 2006.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Editora Mulheres, 2011.
- _____. **As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero.** História Unisinos, v. 15, n. 3, 2011.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.
- _____. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2006.
- _____. **Escrever uma história das mulheres.** Cadernos Pagu, Campinas: Unicamp, n.9, 1995.
- PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil.** 2012.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Revista estudos históricos, v. 2, n. 3, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Zahar, 2000.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres da ALN.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – São Paulo. 2011.
- RIDENTI, Marcelo. **As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo.** Tempo Social, USP, 1990.
- _____. **O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo.** 1998.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84).** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.5, n.10, 2013.

_____. **História Oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos.** São Paulo, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho.** Ministério Público do Estado da Bahia, 1987.

SANTOS, Heloísa Nunes dos. **Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da ação popular.** 2017.

SANTOS, Musa; PEDRO, Joana Maria. **Usos do gênero na clandestinidade no Brasil.** Disponível:

<http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1406206167_ARQUIVO_Usosdo generonaclandestinadenoBrasil-trabalhoANPUH-revisado.pdf>

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil.** 1. ed. São Paulo: ALESP, 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas.** *Psicologia clínica*, v. 20, 2008.

TELES, Janaina de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2011.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura.** *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23 no. 3, 2015.

_____. **Breve História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.